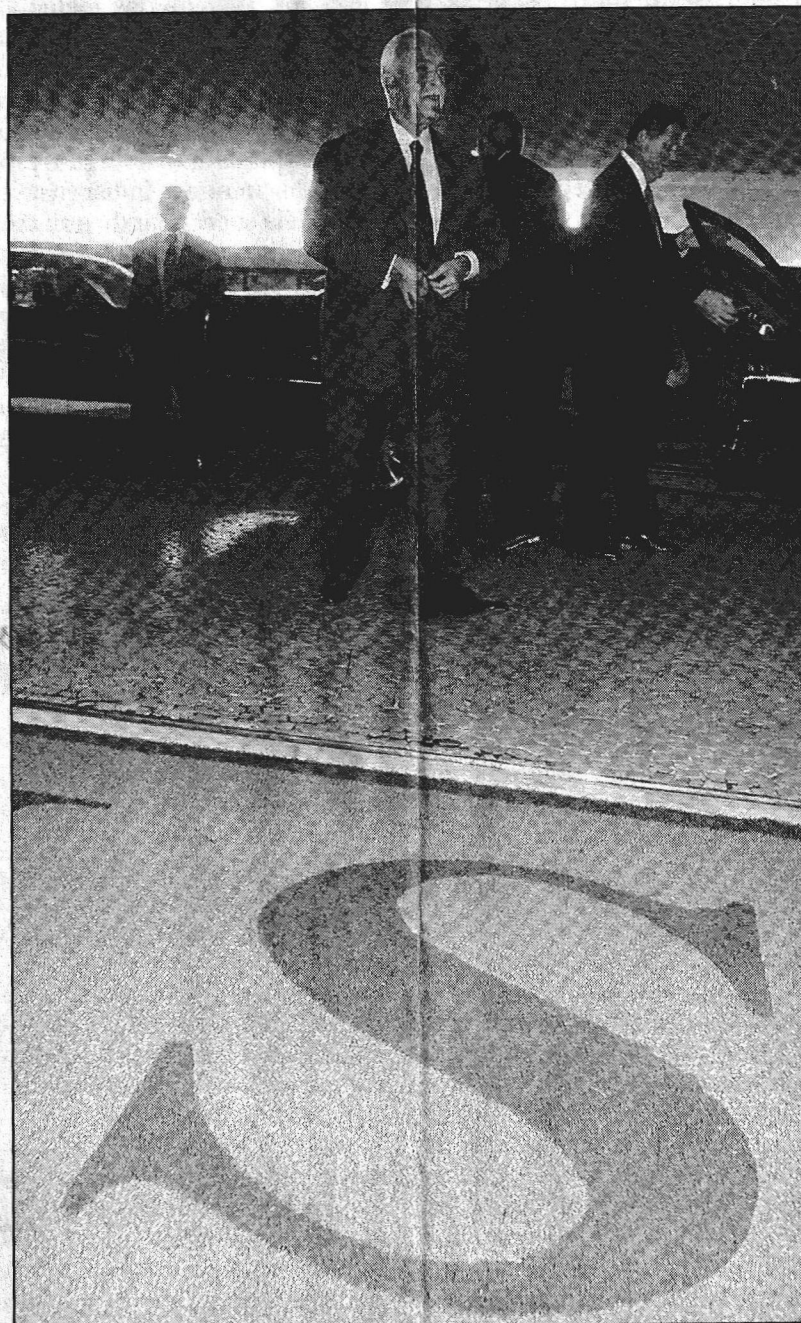


POLÍTICA

Economia - Brasil

FINANÇAS PÚBLICAS

Até inativos podem pagar conta do ajuste



ACM chega ao Congresso: "Se houver mudança, será quebra de contrato"

Dificuldade de alcançar meta de cortes é tão grande que uma das medidas em estudo é limitar em R\$ 5 mil o pagamento de pensões e aposentadorias a servidores com menos de 52 anos

LU AIKO OTTA
e RICARDO AMARAL

BRASÍLIA – A base política do governo está sendo preparada para receber a conta do ajuste fiscal que, no primeiro ano, dependerá basicamente da capacidade de gestão do governo federal, de acordo com alguns interlocutores já informados pela área econômica. Tanto a capacidade de aumentar receitas como a de cortar despesas são consideradas insuficientes para o tamanho do ajuste – cerca de R\$ 25 bilhões em 1999. Por isso, Estados, municípios e até os inativos do serviço público deverão entrar com uma cota de sacrifício no programa, que será anunciado após o segundo turno.

A dificuldade de alcançar a meta é tão grande que uma idéia ousada está em discussão: limitar em R\$ 5 mil o pagamento de pensões e aposentadorias a servidores públicos inativos com menos de 52 anos de idade. A parcela acima desse valor seria transformada em empréstimo compulsório, criado por lei complementar, sob a alegação de pagamento de despesas extraordinárias. Os primeiros ensaios indicam que essa medida reduziria em

R\$ 1,5 bilhão o déficit da Previdência do setor público, estimado em R\$ 19,2 bilhões em 1999.

A medida pode ser politicamente defensável, acreditam influentes aliados do presidente Fernando Henrique Cardoso. Ela alcançaria exatamente aquela camada social que Fernando Henrique, num episódio muito explorado na campanha eleitoral, chamou de "vagabundos". São os aposentados com idade inferior a 52 anos, com proventos muito acima da média da população, que não contribuíram proporcionalmente, ao longo do tempo, para o benefício que hoje recebem.

ATINGIDOS
SERIAM OS QUE
FHC CHAMOU DE
"VAGABUNDOS"

O anúncio dessa e de outras medidas amargas exigirá do presidente uma interlocução direta com a sociedade, mais importante que os ritos tradi-

cionais de negociação política com os partidos. Ele terá de mostrar firmeza na gestão financeira do governo, até mesmo enfrentando os próprios aliados. Os governadores, por exemplo, terão de cumprir os acordos de refinanciamento da dívida acertados com o Ministério da Fazenda. O governo federal, de sua parte, terá de executar as garantias dadas nos acordos, o que significa reter as cotas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e até apropriar-se do ICMS arrecadado pelos Estados, para receber parcelas em atraso.

Cortes – Do Congresso, o governo terá de obter a renovação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), aumentando de 20% para 40% a parcela do Orçamento da União sobre a qual hoje pode dispor livremente. Isso abre caminho para cortar brutalmente as chamadas transferências voluntárias para outras unidades da Federação. São essas transferências que sustentam programas de investimento em obras públicas. Já chegou ao Congresso um forte lobby dos empreiteiros de obras. Eles temem que o Programa Brasil em Ação seja praticamente paralisado e argumentam que obra parada, ao contrário de representar economia, significa custo alto no futuro.

Pelo lado das receitas, o aumento da CPMF, de 0,2% para 0,3%, proporcionará uma arrecadação de mais R\$ 4 bilhões. É praticamente tudo o que se pode conseguir, pois avalia-se que novos aumentos de impostos acabariam incentivando a sonegação.